



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE  
CASO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE IJUÍ-RS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Débora Francieli Vercelino da Trindade**

**Três Passos, RS, Brasil**

**2014**

**A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE  
CASO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE IJUÍ-RS**

**por**

**Débora Francieli Vercelino da Trindade**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do  
grau de

**Especialista em Gestão Educacional.**

**Orientadora: Dr. Liliane Madruga Prestes (UFSM)**

**Três Passos, RS, Brasil**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE  
CASO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE IJUÍ-RS**

Elaborada por

**Débora Francieli Vercelino da Trindade**  
Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Dr. Liliane Madruga Prestes (UFSM)**  
Presidente/Orientador

**Dr. Marcelo Pustilnik de Almeida Vieira (UFSM)**

**Msc. Cristiane Ludwig (UFSM)**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família pelo incentivo e aos professores e funcionários da escola infantil que gentilmente abriu suas portas para a realização da parte prática do trabalho.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Especialização em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NUMA ESCOLA PÚBLICA DE IJUÍ-RS**

**AUTOR:** Débora Francieli Vercelino da Trindade

**ORIENTADOR:** Dr Liliane Madruga Prestes (UFSM)

LOCAL E DATA DA DEFESA: TRÊS PASSOS, RS, 28 DE NOVEMBRO DE 2014

A gestão das escolas infantis públicas deve ser democrática. Existem mecanismos de democratização do ensino e entre eles está órgãos colegiados como o conselho escolar. O objetivo do presente estudo foi de observar a atuação e formação do Conselho Escolar em uma escola infantil de Ijuí - RS e a inclusão das crianças nas tomadas de decisões. Para tanto, apresento um breve levantamento acerca das políticas públicas que atualmente regem a gestão escolar no âmbito das escolas públicas no município de Ijuí – RS, enfocando, em particular, a composição e atribuições do Conselho Escolar no âmbito das escolas de educação infantil. A partir de tais dados, busco investigar quais as percepções dos participantes do Conselho Escolar sobre a importância deste órgão colegiado para a gestão democrática e como ocorre a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, em particular, das crianças. Para tanto foi realizado um estudo de caso em uma escola de educação infantil pública de Ijuí RS sendo realizadas visitas, aplicação de questionários aos representantes do conselho escolar e uma roda de conversas com as crianças. Este estudo evidenciou a importância de ampliarmos os estudos e debates acerca dos processos de gestão democráticas no âmbito das escolas de educação infantil, em particular, ampliando e diversificando as estratégias que possam fomentar efetivamente e promover a escuta e a participação das crianças em tais processos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação infantil, Conselho escolar, democracia.

## **ABSTRACT**

Monograph of Specialization  
Specialization course in Educational Management  
Federal University of Santa Maria

### **PARTICIPATION IN DEMOCRATIC MANAGEMENT OF CHILDREN IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: REFLECTIONS FROM A CASE STUDY PERFORMED IN A PUBLIC SCHOOL OF IJUÍ-RS**

**AUTHOR:** Debora Francieli Vercelinoda Trindade

**ADVISOR:** Dr Liliane Madruga Prestes (UFSM)

**DATE AND PLACE OF DEFENSE:** THREE STEPS, RS, 28 NOVEMBER 2014.

The management of public kindergartens must be democratic. There are teaching democratization mechanisms and among them is collegiate bodies like the school board. The aim of this study to observe the performance and training of the School Board in a nursery school Ijuí - RS and the inclusion of children in decision making. Therefore, I present a brief survey about public policies that currently govern the school management within public schools in the municipality of Ijuí - RS, focusing, in particular, the composition and powers of the school board within the elementary schools. From these data, I seek to investigate the perceptions of the participants of the School Board about the importance of this joint committee for democratic management and as is the participation of different segments of the school community, in particular, children. Therefore we conducted a case study in a school of public early childhood education Ijuí RS being conducted visits, questionnaires to representatives of the school board and a wheel of conversations with children. The study showed the importance of the studies and broaden discussions about the democratic management processes within the elementary schools, in particular, expanding and diversifying the strategies that can effectively foster and promote listening and children's participation in such processes.

**KEYWORDS:** Early childhood education, school board, democracy.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1: PROCESSOS DE GESTÃO EDUCACIONAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCURSOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>8</b>
1.1 Dúvidas e inquietações da pesquisadora a partir de sua trajetória Pessoal e profissional.....	8
1.2. Percursos metodológicos da pesquisa.....	10
<b>CAPÍTULO 2: OS PROCESSOS DE GESTÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÃO INICIAL.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 3: REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM IJUÍ, RS: COMO AS CRIANÇAS ESTÃO INSERIDAS NESTE PROCESSO?.....</b>	<b>21</b>
3.1 Estrutura e funcionamento dos conselhos escolares nas escolas públicas de Educação Infantil em Ijuí – RS.....	21
3.2 A participação das crianças nos processos de gestão democrática na Educação Infantil: Reflexões a partir da escuta de representantes do Conselho Escolar da escola pesquisada e das próprias crianças.....	23
3.3 Posicionamentos das crianças em relação à escola e participação nas decisões.....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>38</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo busca enfatizar de que forma ocorre a gestão participativa no âmbito da educação básica, em particular, na Educação Infantil. Neste aspecto, cabe destacar que a educação infantil passa a integrar a Educação Básica a partir da Lei 9394/96, segundo a qual tal etapa atende crianças de 0 a 5 anos de idade e visa à formação integral dos educandos através das interações e do lúdico.

A partir dos anos 90, o Brasil apresentou avanços significativos em termos de políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças, as quais foram fomentadas pela articulação de diversos segmentos da sociedade e culminaram na mudança no atendimento às infâncias no âmbito das instituições públicas. Logo, a partir da Constituição de 1988, da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (1996), a educação infantil gradativamente vem superando o caráter assistencialista (direito da mãe trabalhadora) e se constituindo enquanto direito da criança.

Todavia, o presente estudo ressalta que as escolas infantis deixaram de ser apenas uma instituição com fins assistencialista e passaram a integrar a educação básica. Nesse sentido, buscamos enfatizar de que forma estão ocorrendo os processos de gestão em tais espaços destinados à educação de crianças pequenas e quem são os sujeitos que participam de tais processos de tomada de decisões no âmbito das escolas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo numa escola pública da rede municipal de Ijuí – RS a fim de analisar e problematizar como tais processos de gestão vêm ocorrendo no âmbito da educação infantil e quais os desafios enfrentados pelos gestores no sentido de inclusão de todos os segmentos neste processo, em particular, as crianças que são o foco das ações desenvolvidas no âmbito das escolas.

O estudo foi realizado no decorrer do segundo semestre de 2014, contando com a participação e colaboração de representantes dos diversos segmentos da escola. Os dados apresentados foram analisados a partir dos estudos realizados no decorrer do Curso de Especialização em Gestão Educacional ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria – Pólo de Três Passos e visam apontar subsídios para a formação inicial e continuada tanto dos profissionais que atuam na educação infantil, em particular, na área de gestão.



## **CAPÍTULO 1: PROCESSOS DE GESTÃO EDUCACIONAL NO ÂMBITO INFANTIL: PERCURSO METODOLÓGICO**

### **1.1 Dúvidas e inquietações da pesquisadora a partir de sua trajetória pessoal e profissional**

Como educadores nunca deixamos de sonhar com uma educação de melhor qualidade e por isso estamos constantemente estudando e nos aperfeiçoando. No curso de Especialização em Gestão educacional UFSM, busquei aprofundar meus estudos acerca das políticas educacionais atuais e gestão escolar, em particular, no âmbito da educação infantil, área na qual atuo como docente. O foco de tais análises foi buscar compreender de que forma as crianças estão sendo inseridas neste processo e como estão sendo representadas em órgãos colegiados, entre os quais cito, o Conselho Escolar.

Neste sentido o objetivo deste estudo foi de observar a atuação e formação do Conselho Escolar em uma escola infantil de Ijuí Rs e a inclusão das crianças nas tomadas de decisões, tendo como objetivos específicos:

- Realizar o levantamento acerca de quais políticas públicas que regem a gestão escolar no âmbito das escolas públicas no município de Ijuí – RS, enfocando, em particular, a composição e atribuições do Conselho Escolar no âmbito das escolas de educação infantil;
- Investigar quais as percepções dos participantes do Conselho Escolar sobre a importância deste órgão colegiado para a gestão democrática.
- Examinar como ocorre a participação do Conselho Escolar nos processos de gestão da escola de educação infantil e em que medida as crianças participam e/ou são escutadas no processo de tomada de decisões.

Para tanto, o estudo pautou-se no entendimento de que no dia-a-dia das escolas muitos atores ajudam a tomar decisões, pois se sabe que é um lugar de democracia e responsabilidade social. A gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social. Entre os mecanismos de democratização estão os órgãos colegiados que são espaços de participação, e será tema do presente estudo, entre os quais, cito o Conselho Escolar. Tal órgão colegiado tem sido criado no âmbito das escolas de educação infantil buscando atender ao disposto tanto na

Constituição de 1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBDEN ( a saber, Lei nº9394/96), as quais preconizam a gestão democrática como estímulo ao exercício da cidadania.

Nesta ótica, nota-se que os processos de gestão escolar superam a questão administrativa e colocam a instituição como local de aprendizagem significativa e de atividade cidadã, com a democratização das relações institucionais e o envolvimento ativo da comunidade escolar. Segundo Carvalho (2009 p.1150),

Com base nos novos paradigmas, as políticas públicas atuais conferem ao administrador escolar uma importância estratégica. A descentralização operacional aumentou as responsabilidades da escola, levando seu gestor a se defrontar com novos desafios, assumir o papel de coordenador da ação dos diferentes componentes do sistema educacional na tomada de decisões conjuntas, estimular o trabalho em equipe e as dinâmicas de trabalho identificadas de sua escola e resolver seus problemas de forma autônoma.

Segundo a atual LDBEN, os sistemas de ensino definirão normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares. Esta nova realidade abandona a exclusividade estatal e formaliza que a comunidade escolar é quem possui a legitimidade e o conhecimento necessário para decidir sobre suas ações, e entender a maneira como esse modelo gerencial se desenvolve, é imprescindível para perceber a para a consolidação dos processos democráticos no ensino público.

Neste sentido este trabalho se justifica pela importância de se ter um ensino de qualidade e com ampla participação da comunidade escolar da educação básica. Ao investigar como tem sido a atuação do Conselho Escolar em uma escola infantil do município de Ijuí, RS, o estudo busca apontar subsídios para a o aprimoramento de tal participação em outras escolas e redes de ensino.

As escolas contam com a participação dos pais, professores, alunos e funcionários através de órgãos colegiados. Fazer parte de um conselho é uma tarefa importante por isso é necessário que os participantes reflitam sobre sua atuação sempre buscando a melhoria da qualidade do ensino. Para compreendermos a importância do Conselho Escolar para a gestão democrática da escola, é

fundamental sabermos como está estruturado e o que pensam os atores envolvidos diretamente com este mecanismo de participação.

Com base na justificativa apresentada acima, o problema que a pesquisa visa investigar é: Como o Conselho escolar está organizado no ano de 2014 e quais as percepções dos participantes deste órgão colegiado a respeito da atuação deste em uma escola Infantil de Ijuí, RS? Considerando este questionamento dentro da linha de pesquisa gestão escolar este trabalho busca responder como efetivamente é a atuação dos órgãos colegiados no estabelecimento de ensino pesquisado através de visitas à escola e questionários para os integrantes da comunidade escolar.

Para tanto, na próxima seção apresento um breve relato dos percursos percorridos no decorrer da presente investigação.

## **1.2 Percursos metodológicos da pesquisa**

A pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa, com intenção de analisar os dados e não quantificá-los. Segundo Neves (1996) a pesquisa qualitativa não busca medir eventos fazendo parte da mesma à obtenção de dados descritivos mediante a interação do pesquisador com a situação de estudo. A partir deste enfoque, o estudo caracterizou-se como um estudo de caso em que os sujeitos que participaram possuem uma unidade de interesse.

A escola, foco deste estudo, integra a rede pública municipal do município de Ijuí, o qual fica situado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, conta com 78.461 habitantes, os quais dispõe de 10 escolas de educação infantil para atender as demandas. Segundo os dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, ao analisar o atendimento a educação infantil no município, evidencia que este ocupa a 82ª segunda posição no que tange ao atendimento as crianças de zero a cinco anos e onze meses nas escolas de educação infantil. Segundo tais dados, em 2012, o município atendia somente 59,86% da população infantil, apresentando uma demanda maior de vagas na faixa etária de zero a três anos.

Com relação ao contexto escolar pesquisado, a escola atende crianças de zero a quatro anos de idade, distribuídas em quatro turmas. A equipe diretiva é composta por uma diretora e uma coordenadora. Além da equipe gestora há

também oito professores e onze auxiliares de educação infantil atuando em sala de aula, quatro serviçais e uma secretária.

Dando início aos trabalhos num primeiro momento foram realizadas visitas à escola para então através deste contato inicial obter informações sobre a constituição do Conselho Escolar do educandário. O levantamento de dados nesta etapa foi realizado através de entrevistas informais com a equipe gestora. Com esta abordagem foi possível verificar quem são os integrantes deste órgão colegiado e quais segmentos da comunidade escolar são representados no mesmo.

Visando aprofundar os estudos, na sequência da pesquisa foi realizado o levantamento nas atas da escola e na legislação buscando compreender quais os documentos que regem a formação dos conselhos escolares em âmbito municipal e escolar. Com base em tais informações sobre como é constituído o Conselho Escolar, o próximo passo da pesquisa foi investigar quais as percepções dos integrantes do conselho escolar sobre a importância deste órgão colegiado bem como de incluir as crianças nas tomadas de decisões foi aplicado um questionário semiestruturado aos que consentiram em participar. O mesmo era composto das seguintes perguntas: *Qual é a importância do conselho escolar para gestão democrática da escola? Como as necessidades das crianças são levadas em conta na hora da tomada de decisões? É possível incluir as crianças no processo de participação? Como?*

Em seguida foi feita uma abordagem através da roda de conversas com as crianças onde foi questionado: *como é/ e ou o quem na escola? Quem toma as decisões referentes à escola? e se elas gostariam de dar suas opiniões e participar das decisões.* As respostas foram anotadas em caderno de campo para análise posterior.

A realização da escuta das crianças no decorrer do processo de pesquisa acerca dos processos de gestão no âmbito da escola de educação infantil parte do entendimento de que as mesmas se constituem enquanto sujeitos históricos e sociais. Neste sentido, passo a apresentar uma breve reflexão acerca das especificidades da Educação Infantil enquanto primeira etapa da educação básica, articulando com os estudos preliminares acerca dos processos de gestão educacional realizados no decorrer do Curso de Especialização promovido pela Universidade Federal de Santa Maria – pólo Três Passos.

## **CAPÍTULO 2. OS PROCESSOS DE GESTÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES INICIAIS DA PESQUISA**

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, ou seja, integra o sistema de ensino, conforme previsto na atual Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a saber, Lei nº 9394/96, a qual dispõe que,

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 1996).

Todavia, na trajetória da educação brasileira, tal etapa da educação foi marcada pelo caráter assistencialista e vinculado ao direito da mãe trabalhadora. Em particular, a partir da década de 1990, presenciamos uma mudança e tal paradigma com o surgimento de novas legislações preconizam a educação infantil como um direito da criança, conforme previsto na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e na atual LDB (1996). Entre as diretrizes que passaram a pautar a educação infantil a partir deste período, citamos o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), o qual salientou a necessidade de superar o discurso vigente de que o atendimento institucional em creches ao longo dos anos tinha o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda sendo uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência.

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores. As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, 1998).

Na atualidade, as atuais Diretrizes Nacionais da Educação Infantil instituídas por intermédio do Parecer CNE nº20/2009, a educação infantil pauta-se no entendimento de que a criança é um sujeito de direitos e, neste enfoque, tal etapa requer que as ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito das escolas infantis

tenham tal princípio como norteador de suas práticas pedagógicas, o que implica compreender que,

- Nossas crianças têm direito à brincadeira
  - Nossas crianças têm direito à atenção individual
  - Nossas crianças têm direito a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante
  - Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza
  - Nossas crianças têm direito a higiene e à saúde
  - Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia
  - Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão
  - Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos
  - Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade
  - Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos
  - Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche
  - Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa (CAMPOS e ROSEMBERG, 2009, p.13).

Neste sentido, o currículo da educação infantil deve ser pensado de forma a contemplar as necessidades das crianças sempre buscando o desenvolvimento integral e valorizando os seus direitos. Tais diretrizes preconizam que o currículo da educação infantil deverá ser pautado na concepção de que a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva (BRASIL, 2010, p.12). Logo, a organização curricular precisa articular saberes culturais, artísticos, ambientais, científicos e tecnológicos.

O cuidar e o educar estão ligados no trabalho com as crianças. Cavalcante *et al.* (2012, p.8) afirmam que “O cuidar e o educar precisam ser vistos, com uma nova práxis, um novo olhar, que não estejam ligados apenas ao assistencialismo, mas que perpassem as interfaces de se produzir conhecimento”. Os autores também afirmam que é necessário nos libertar da ideia de só limpar nariz, dar banho, cuidar da higiene física das crianças, mas se torna importante unir todos esses cuidados com a preocupação em desenvolver a aprendizagem incentivando para a construção da sua autonomia para conviver em sociedade, contribuindo para um melhor crescimento das crianças.

Os eixos norteadores são interações e brincadeiras, e através destes deve ser garantido que a criança tenha seu desenvolvimento físico, psicológico e social. É importante que os pequenos desenvolvam diferentes linguagens bem como sua autonomia através da ludicidade e do brincar, sempre levando em conta que as atividades trabalhadas pelos professores devem partir do interesse dos alunos.

O brincar é a coisa mais importante para as crianças, a atividade mais vital, pela qual elas aprendem a dar e receber, a compreender a natureza complexa do ambiente, a solucionar problemas, e relacionar-se com os outros, a ser criativa e imaginativa (BRASIL, 2012, p.73).

Buscando sempre o desenvolvimento da criança se faz necessário avaliar os resultados alcançados. Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (2010) a avaliação deve observar o desenvolvimento através do acompanhamento do trabalho pedagógico. Avaliar não deve ser sinônimo de selecionar, promover ou classificar devendo ser garantida a observação crítica das interações feitas, os registros realizados por adultos e crianças, a continuidade dos processos de aprendizagem contando com documentação específica permitindo que as famílias reconheçam o trabalho pedagógico realizado na escola e a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Como todas as escolas a gestão na educação infantil deve ser baseada na democracia, pois “É preciso construirmos novas práticas sociais com as famílias, de caráter coletivo, participativo e solidário, que envolvam instituições, associações e movimentos da comunidade”( BRASIL, 2011, p.7).

A gestão nas escolas infantis deve ser democrática seguindo a legislação vigente e rompendo com a forma de administração do início do século XX. No modelo antigo existia uma organização de forma verticalizada e hierarquizada, onde a figura do diretor detinha o poder de decisão. Esta forma de gerir a escola se afinava com o modelo Taylorista/ Fordista, que pressupunha que cada membro da comunidade tinha seu lugar determinado com funções específicas delegada a ele.

Uma de gestão começaram a aparecer na legislação como a Constituição Federal de 1988 que assegura no Art. 206, VI “gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e ainda no item VII “garantia de padrão de qualidade”. A LDB/96, no Art. 3º. Item VIII também trata do assunto afirmando que é necessário ter “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. E os artigos 12 a 15 da mesma Lei reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola, acentuando a importância da articulação dos participantes da comunidade escolar.

A promulgação da Constituição Federal em 1988 e da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394, em 1996 faz surgir esta nova

concepção sobre gestão/ administração escolar. Em 2014 também foi sancionado o PNE de 2014 (Plano Nacional de Educação) que prevê em até dois anos dar condições para a efetivação da gestão democrática da educação.

As mudanças também foram sentidas no campo econômico e influenciaram a gestão escolar. Segundo Drabach e Mousquer (2009, p. 278) “Ao atuar como organizador das relações no mundo do trabalho, o *toyotismo* trouxe para este meio os princípios da flexibilização, o trabalho em equipe, a participação, a autogestão (“autonomia”) entre outros”. As características deste modelo de organização de trabalho influenciam na gestão da escola.

No novo modelo de organização, a base de organização da escola não pode ser hierarquizada. Existe inter-relação entre os atores sociais e uma partilha de poder, o que implica corresponsabilidade nas ações da escola. Todos são responsáveis pelas decisões referentes ao educandário.

O princípio da gestão democrática é expresso em ações como descentralização, autonomia das escolas, racionalização dos recursos financeiros, participação dos integrantes da comunidade escolar na tomada de decisões, e elaboração do projeto Político Pedagógico com ampla participação. Nesta perspectiva de organização, os atores sociais - diretores, coordenadores, professores, pais, alunos etc. - são considerados sujeitos ativos do processo, de forma que sua participação no processo deve acontecer com responsabilidade.

A descentralização do poder é um princípio importante que visa fortalecer a democracia e promover a melhor gestão de processos e recursos. A autonomia também se torna fundamental sendo ela nas dimensões jurídica, administrativa, financeira e pedagógica. Veiga (1998) afirma que estas dimensões são básicas para o bom funcionamento da escola devendo ser relacionadas e articuladas entre si.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) pela escola com a participação de toda comunidade escolar é uma conquista da democracia escolar. O PPP norteia o trabalho no dia-a-dia e nele encontram-se registrados os objetivos e metas bem como fundamentação teórica para guiar o trabalho dos educadores. Sendo sua implantação garantida através de leis como a constituição de 1988 e LDB 9394/96 que garantem a gestão democrática do ensino público.

O PPP é um mecanismo de democratização do ensino, cada escola tem em suas mãos a oportunidade de pensar uma forma atraente de proporcionar aos seus alunos aprendizagens significativas e elaborar seu Projeto político Pedagógico com



base nas necessidades elencadas pela comunidade escolar através da ampla participação de todos. Neste sentido, partindo da afirmação de que a gestão democrática deve ser baseada em experiências que vivam a reflexão-ação, os gestores devem ter em mente que o Projeto Político Pedagógico escolar está em permanente reelaboração, sendo necessária sua contextualização conforme o meio social em que os alunos estão inseridos.

A construção do PPP deve ser feita coletivamente, abrangendo professores equipes diretivas, órgãos colegiados, enfim toda comunidade escolar. Como passo inicial é preciso fazer uma análise da situação para então buscar embasamento teórico sobre temas relacionados com a educação para enfim realizar apontamentos sobre como realizar as tarefas para atingir metas e objetivos elencados.

Para elaborar o PPP da escola se faz necessário reuniões com discussões e reflexões de todos os participantes da comunidade escolar acerca de temas pertinentes à escola. Após todos os procedimentos e encaminhamentos propostos o PPP deve ser expresso em um texto que é encaminhado para secretaria de educação seja estadual ou municipal para aprovação. Para a construção do PPP Veiga (1998) *apud* Ferreira (2009) apresenta três momentos sendo eles os seguintes: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional. No ato situacional é feito um diagnóstico interno da escola observando conflitos e definindo prioridades de ação, já no ato conceitual realiza-se discussões de concepções sobre temas referentes à educação. Os atos operacionais contêm apontamentos sobre como realizar as tarefas para atingir metas e objetivos elencados.

Veiga (2003) também escreve que o PPP que não deve ser Regulatório ou Técnico, pois nesta ótica está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em cumpridora de normas e de mecanismos de regulação dominadores, mas sim Emancipatório ou Edificante tendo em vista que neste documento a inovação procura maior comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social. Neste sentido o PPP deve levar em conta a realidade dos educandos buscando elencar metas e objetivos que visam à qualidade da educação. Com base nestes conhecimentos:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao

respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p.18).

Além do PPP uma escola infantil democrática deve ter órgãos colegiados como Conselho escolar e Circulo de Pais e Mestres (CPM) entre outros. Os órgãos colegiados são importantes para garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar buscando uma melhor qualidade de ensino. Em relação ao conselho escolar Riscal (2010) afirma que:

O princípio de gestão democrática das escolas públicas, um dos pilares da atual política educacional, está indissociavelmente vinculado ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais de participação política e vincula-se à concepção segundo a qual a participação política da população tem papel fundamental na formulação das políticas educacionais, no seu planejamento como na tomada de decisões, quanto ao que diz respeito à definição de onde, quando e como utilizar os recursos públicos. Neste sentido, a participação da comunidade da escola na sua gestão, tal como é prevista em lei, constitui um mecanismo que tem como finalidade não apenas a garantia da democratização do acesso e da permanência, com a finalidade de garantir a universalização do ensino, mas também a propagação de estratégias democratizantes e participativas que valorizem e reconheçam a importância da diversidade política, social e cultural na vida local, regional ou nacional. (Riscal, 2010, p.29).

O Conselho Escolar atua para organizar planos, metas e projetos escolares, além de contribuir para a organização e aplicação de recursos. A criação do Conselho pode contribuir para democratizar as relações no ambiente escolar, pois ele é o instrumento de compartilhamento do poder. Segundo Wittmann *et al.* (2006):

A escola, como espaço social da educação de qualidade e inclusão social, é um espaço privilegiado de formação humana emancipadora na sociedade. O Conselho Escolar tem de modo particular, o direito e o dever de zelar pela educação de qualidade socialmente referenciada. Para tanto, o Conselho Escolar, entendido como um órgão coletivo de decisões colegiadas deve ser uma instância atenta e preocupada, um espaço de reflexão/estudo e um órgão coletivo investigativo e propositivo. Ele tem como finalidade acompanhar a gestão e o trabalho educativo escolar; buscar alternativas para enfrentar problemas e dificuldades e para implantar e implementar inovações. Para tanto, em colegiado, toma decisões e apóia a escola, especialmente a sua gestão, agindo com vistas à melhoria do processo educativo escolar (Wittmann, 2006, p. 14).

Sobre o Circulo de Pais e Mestres Dalberio (2008) afirma que sua instituição é oportuna para incentivar as famílias a participarem da escola, não só nas festas ou com trabalho, mas discutindo e buscando soluções para seus problemas. A organização destes órgãos colegiados é de suma importância, pois:

A melhoria na educação, em especial no seu processo de gestão democrática, que rompe como o modelo centralizado, não acontece apenas por meio de leis e/ou decretos, tratando-se, ao invés disso, de um processo longo, de construção coletiva (Luiz *et al.*, 2010, p.20).

Nos demais níveis de ensino além dos pais, professores e funcionários os alunos também participam dos diferentes órgãos colegiados existentes na escola. Os educandos têm a oportunidade de participar em organizações como os grêmios estudantis e conselhos de classe. As escolas devem incentivar a criação destes órgãos colegiados, pois: “Os alunos não podem constituir-se como meros consumidores de um saber compartimentado e descontextualizado” (DALBERIO, 2008, p.7).

O Conselho de Classe que tem a finalidade de diagnosticar problemas e apontar soluções tanto em relação aos alunos e turmas, quanto aos docentes. O conselho de classe é uma oportunidade de reunir os professores objetivando analisar os processos de construção do conhecimento dos alunos e rever as práticas pedagógicas. Numa perspectiva democrática se torna um importante espaço de participação e tomada de decisões conjuntas.

Na educação infantil a participação das crianças em grêmios estudantis e conselhos de classe não acontece. Apesar desta constatação a criança tem o direito de ser ouvida como afirma Colosanto (2013, p. 14):

O fato de ouvir as crianças permite ao gestor escolar fazer escolhas que irão ao encontro das necessidades das crianças e não apenas do “mundo do adulto”. A gestão democrática garante o exercício e a participação de todos os segmentos da escola, inclusive as crianças.

Como mecanismo de democratização do ensino também é possível observar a eleição direta para diretores, num processo onde toda comunidade escolar pode dar sua opinião através do voto. As eleições devem ocorrer com ética e transparências valorizando a vontade dos votantes, pois:

A adoção de eleição para diretor escolar contribuiu para a diminuição ou eliminação, nos sistemas em que foi implementada, de práticas tradicionalistas alicerçadas no clientelismo e no favorecimento pessoal (SILVA, 2006, p. 297).

O diretor na gestão democrática atua no processo de organização escolar e desenvolve experiências baseadas na reflexão-ação. O gestor democrático deve desempenhar uma liderança com base no compromisso e participação social. Compete a ele a ação de coordenar as relações entre toda a comunidade escolar, tendo o dever de manter a escola dentro das normas do sistema educacional,

seguindo portarias e instruções. Precisa gerir bem os recursos públicos e zelar pelo patrimônio escolar, buscando sempre agir com ética, procurando envolver toda a comunidade escolar quando tiver que tomar decisões sobre aplicação de verbas ou qualquer decisão a respeito à escola.

Na gestão democrática, para efetivar a formação de cidadãos éticos críticos e atuantes na sociedade são necessários que professores funcionários, gestores e toda a comunidade escolar mantenham-se atentos à demanda e as novas concepções de currículo para garantir um ensino de qualidade, pois as mudanças atuais acerca do currículo escolar exigem cada vez mais profissionais capacitados e preparados para repensar constantemente as práticas curriculares. O compromisso do gestor democrático com a organização do currículo e projeto Político Pedagógico deve ser pautado na atualização e constante aperfeiçoamento buscando conhecer as tendências atuais.

A garantia de financiamento público da educação e da escola se configura também em um mecanismo de democratização da educação. O financiamento da educação é definido por parâmetros legais, conforme estabelecido na Constituição Federal e legislação correlata, o que garante a alocação dos recursos para a educação pública. A constituição Federal e a LDB 9394/96 em seu artigo 69 afirma que:

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (BRASIL, 1996).

Em 1998 foi implantado no Brasil o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que atualmente é denominado FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tendo como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos destinados à educação. Há também programas federais que injetam dinheiro diretamente nas escolas como o caso do PDDE (programa dinheiro direto na escola) que tem como objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Sendo assim a gestão democrática do ensino é uma forma de buscar a qualidade na educação tendo como princípio a descentralização do poder e

autônoma e como mecanismos a escolha de diretores através de eleições, criação de órgãos colegiados (Círculo de pais e mestres, Conselho escolar) fortalecimento da participação estudantil, construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, progressiva autonomia da escola, garantia de financiamento público da educação e da escola. A participação de todos os envolvidos da comunidade escolar nas tomadas de decisões é de fundamental importância, apesar de que na escola infantil devido à idade das crianças fica impossível que o tal segmento participe diretamente nas tomadas de decisões. Logo, a pesquisa busca compreender como as crianças têm sido escutadas e/ou tem participado dos processos de gestão nas escolas públicas da rede municipal de Ijuí.

### **CAPÍTULO 3: REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM IJUÍ-RS: COMO AS CRIANÇAS ESTÃO INSERIDAS NESTE PROCESSO?**

#### **3.1 Estrutura e funcionamento dos Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação infantil em Ijuí – RS**

Ao investigarmos o surgimento dos Conselhos Escolares em Ijuí, constatamos que conforme os registros e legislação vigente, tais órgãos colegiados foram implantados no ano de 2010 e são regidos pela lei 3.434/1988. Apesar de a lei ter sido sancionada em 1998 apenas em 2010 foi aplicada nas escolas infantis. Isso reflete o que vem sendo exposto que as instituições de ensino infantil eram vistas apenas com fins assistencialistas, ou seja, como um lugar para as crianças ficar enquanto os pais trabalhavam “A educação da criança pequena foi considerada, por muito tempo, como pouco importante, bastando que fossem cuidadas e alimentadas. Hoje, a educação da criança pequena integra o sistema público de educação” (BRASIL, 2012, p.11). Como parte integrante do sistema de educação as escolas infantis devem ter a gestão baseada na democracia e é impossível ter gestão democrática sem o conselho escolar, por isso em 2010, o município de Ijuí deu um importante passo no cumprimento das leis educacionais visando melhorar a qualidade de ensino na educação infantil.

A lei municipal 3.434/98 assegura que todas as escolas públicas mantidas pelo município de Ijuí, RS contarão com conselho escolar. A mesma também institui que os conselhos escolares serão constituídos pela direção da escola e representantes dos seguimentos da comunidade escolar.

A representação de todos os segmentos no conselho escolar é fundamental, pois:

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola [...]. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional internacional em que vivemos( BRASIL, 2004, p. 22).

A lei 3.434/ 98 também institui no seu parágrafo 2º que o conselho escolar tem função consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Sendo assim:

[...] o papel do Conselho Escolar é o de ser o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, como eventualmente ocorre, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola.

Sua participação, nesse processo, precisa estar ligada, prioritariamente, à essência do trabalho escolar. Assim, acompanhar o desenvolvimento da prática educativa, do processo ensino-aprendizagem, é sua focalização principal, isto é, sua tarefa mais importante (BRASIL, 2004, p.20).

Dando continuidade no artigo 3º a lei 3434/98 define as atribuições do conselho escolar e no artigo 4º determina o número de integrantes que deve ser ímpar não podendo ser inferior a cinco e superior a vinte e um sendo cinquenta por cento para o segmento pais e alunos e cinquenta por cento para o segmento professores e funcionários. O diretor da escola também é constituído membro nato deste órgão colegiado. O artigo 6º define que todos os segmentos da comunidade escolar devem estar representados neste órgão colegiado, sendo permitida a participação de alunos a partir da antiga 4ª série, atualmente 5º ano. A participação de todos os segmentos neste órgão colegiado é importante porque pode contribuir para aproximação da escola com a realidade social do aluno, pois:

No cumprimento de sua função, o Conselho Escolar tem o papel de estimular a presença indispensável da cultura da comunidade, do povo, da vida cotidiana das crianças e dos jovens no projeto e no trabalho pedagógico da escola. Se a escola não trabalhar o saber, não integrar no seu currículo o patrimônio cultural da comunidade, ela não estará cumprindo sua função (BRASIL, 2004, p. 22)

Segundo a lei 3434/98 nas escolas públicas de Ijuí, Rs a eleição do conselho escolar pode ser feita através de votação direta e secreta, aclamação uninominalmente ou através de chapas em eleição proporcional. O mandato de cada membro do conselho escolar terá duração de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução consecutiva. As reuniões devem acontecer pelo menos uma vez por trimestre ou extraordinariamente, quando for necessário. A função dos conselheiros não é remunerada.

Com base na lei brevemente descrita acima o conselho escolar da escola onde foi realizada a pesquisa é composto por três representantes das famílias sendo que o atual Presidente faz parte deste segmento da comunidade escolar. O Conselho é composto também pelo representante do segmento dos funcionários, do

corpo docente e pelo (a) diretor (a) da escola que é membro nato. Já o segmento discente não está representado por se tratar de crianças com idades entre zero e quatro anos e segundo a Lei 3434/98.

A atual composição do conselho escolar foi definida na primeira reunião geral da escola realizada na abertura do ano letivo de 2014, a qual contou com a participação dos diversos segmentos da escola. Os representantes do segmento famílias e funcionários permaneceram os mesmos da gestão anterior, pois segundo a lei poderiam ser reconduzidos, sendo mudado o diretor (membro nato) que assumiu o cargo este ano tendo em vista as eleições que ocorreram em dezembro de 2013 e o representante do segmento professor. A eleição ocorreu por aclamação uninominalmente.

O conselho escolar tem um regimento interno que delimita as competências do órgão colegiado, estrutura, administração e funcionamento. O regimento foi criado em 2010 na ocasião em que foi eleito pela primeira vez o conselho escolar nas escolas infantis de Ijuí, RS. As escolas infantis tiveram um grande ganho a partir da implantação deste órgão colegiado, pois “O Conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos” (BRASIL, 2004, p.36). Neste sentido, a criação dos conselhos escolares busca contribuir para o estabelecimento da gestão democrática nas escolas.

A Gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar (BRASIL, 2004, p.15).

Com base no exposto, na sequência dos estudos a pesquisa busca compreender como os membros do Conselho Escolar da escola pesquisada participam da gestão e de que forma buscam contemplar os interesses e demandas e em que medida as crianças tem sido escutadas e/ou participam neste processo.

### **3.2A participação das crianças nos processos de gestão democrática na Educação Infantil: reflexões a partir da escuta de representantes do Conselho Escolar da escola pesquisada e das próprias crianças**

Com o intuito de compreender como os representantes do Conselho Escolar percebem sua participação nos processos de gestão, inicialmente foi realizado um



contato informal como os mesmos a fim de explicar os objetivos e apresentar a pesquisa. Inicialmente, a pesquisa contou com seis sujeitos dispostos a participar do estudo, porém na sequência apenas quatro se disponibilizaram a conceder as informações solicitadas através de encontro e preenchimento de questionário semiestruturado. Destes participantes, dois representam o segmento famílias, um representa o segmento docente e o outro é o representante da direção que é membro nato do colegiado. A fim de preservar o anonimato dos participantes, combinamos que irei nomeá-los utilizando a letra P (participante) e um número atribuído de forma aleatória para cada um deles.

Num primeiro momento, os participantes foram questionados acerca de que função atribuem ao Conselho Escolar. Em suas respostas, os informantes evidenciaram que cabe no seu entendimento cabe a este Conselho a função fiscalizadora das práticas pedagógicas e administrativas.

*E importante ter em um estabelecimento de Ensino, um conselho escolar atuante, pois é um dos principais órgão, tendo como principal função fiscalizar tanto as praticas pedagógicas administrativa( P 1).*

*O conselho escolar é muito importante, pois oportuniza a participação de todos os segmentos da comunidade na gestão escolar. Deliberando e fiscalizando as questões pedagógicas e administrativa( P 2).*

*Um conselho atuante é de suma importância em um estabelecimento de ensino sendo o principal órgão dentro da escola, pois deve fiscalizar não só relacionada a pratica pedagógica como a própria administrativa da escola”( P 3).*

*O Conselho escolar é o principal órgão dentro da escola, tendo como função fiscalizar ações tanto pedagógicas como também administrativas (P 4).*

Todavia, cabe esclarecer que a própria normativa legal que institui o Conselho Escolar buscou ampliar suas funções, incluindo entre estas as de caráter deliberativo, consultivo, fiscal e mobilizador, conforme o exposto a seguir:

a) Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à

direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

b) Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

c) Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

d) Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação (BRASIL, 2004, p. 41).

Com base na definição de tais funções do Conselho Escolar, cabe destacar a importância de que transpor o entendimento dos entrevistados para além das funções fiscalizadora, deliberativa, consultiva, potencializando também a mobilizadora. Tal função se constitui num importante mecanismo que visa à descentralização do poder e participação de todos os segmentos nas tomadas de decisões. Neste aspecto, os pesquisadores Gagno e Schane (2012, p. 11) afirmam que ao promoverem a participação de todos os segmentos da comunidade, os Conselhos Escolares passam a representá-la no enfrentamento de desafios educativos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Tal enfoque contribui para romper com o entendimento de que a gestão da escola ocorre de forma hierarquizada onde os diretores/administradores eram os detentores do poder. Com a representação de todos os segmentos em paridade é possível ter uma gestão compartilhada e essa é a grande importância dos órgãos colegiados para a gestão democrática.

A discussão sobre a importância da democratização como política para a educação e para sua gestão implica compreender que a democratização da educação não se limita ao acesso, mas envolve e garante, também, a prática democrática que se desenvolve no interior da escola. A escola como espaço de prática da cidadania não deve privilegiar a gestão empresarial em detrimento da gestão democrática (Brasil, 2004, p.29).

A função dos conselhos escolares nas escolas vai além da fiscalização das práticas pedagógicas e administrativas, pois visam garantir uma melhor qualidade na educação. Segundo Dourado e Oliveira (2009) a qualidade de ensino depende das dimensões intra e extraescolares. A escola não é uma redoma de vidro, o meio social influencia o que acontece internamente entre quatro paredes. As variações de

poder aquisitivo, a cultura dos alunos, os problemas sociais afetam diretamente nas situações de aprendizagem. Os autores frisam que os processos educativos e os resultados escolares, em termos de uma aprendizagem mais significativa, resultam de ações concretas em busca da gestão democrática, de reestruturar currículos, de planejar ações pedagógicas. Com a participação de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisões aspectos importantes para a melhoria do ensino podem ser levados em conta e neste sentido o conselho escolar tem uma importante participação na construção de uma escola pública de qualidade, pois:

A educação emancipadora, que contribui para a formação de sujeitos da história, não pode ficar submissa às condições socioeconômicas e culturais, privilegiando alguns e desconhecendo os saberes, a cultura e a vida de muitos. A educação emancipadora é um espaço social para a valorização cultural, criando oportunidades educacionais para o encontro de saberes diferentes.

O coletivo dos professores, apoiados e acompanhados pelo Conselho Escolar deve encontrar formas, métodos e procedimentos didático-pedagógicos que garantam a todos o avanço na sua formação (BRASIL, 2004, p.24).

Todavia, o estudo foi realizado no contexto de uma escola de educação infantil e, portanto, buscou analisar de que forma as crianças participam dos processos de gestão da escola, ou seja, como participam dos processos de tomada de decisões. Diante de tal questionamento, os participantes da pesquisa relataram como buscam realizar tal escuta das crianças.

*Com registros diálogos entre todos os segmentos da escola, pais, alunos e educadores (P1).*

*Através de pesquisa e observações com as educadoras sobre as principais necessidades das turmas ( P2).*

*Geralmente através de registro interno, diálogos entre familiares e funcionários sobre o andamento do dia -a -dia da escola sempre buscando o melhor em relação ao andamento e infraestrutura oferecidos as crianças, ou seja, a toda comunidade escolar ( P3).*

*Através da pesquisa e conversa com as famílias sobre o dia a dia da escola (P 4).*

Apesar dos participantes evidenciarem as estratégias utilizadas para a participação das crianças nos processos de gestão escolar, a Lei Municipal que

institui os Conselhos Escolares, a saber, Lei nº 3434/98 não prevê a participação das crianças da educação infantil na constituição do Conselho Escolar. Logo, os representantes enfatizaram como buscam promover tal participação, como por exemplo, através de registros e diálogos entre famílias, crianças e professores, pesquisas e observações. Ao abordar tal participação das crianças, é importante destacar que a criança é um sujeito de direitos e nesta perspectiva preciso considerar que,

[...] a educação infantil se constitui num espaço de descoberta do mundo para as crianças, a responsabilidade com que é desenvolvida tem fundamental importância e demonstra o comprometimento com a educação. (FLORES e TOMAZZETTI, 2012, p 11).

Logo, a observação, os registros, pesquisas e diálogos citados pelos entrevistados como forma de levar em conta as necessidades das crianças é uma estratégia que visa priorizar o que realmente os pequenos necessitam na hora de tomar as decisões e evidencia que os integrantes deste órgão colegiado estão cientes de que,

A educação infantil é direito de toda criança do nascimento até cinco anos de idade. E obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos. Mas, para elas, estar numa instituição de educação infantil deve ser tão fascinante, tão agradável, tão atrativo, que elas queiram ir, estar e nela permanecer por vontade e gosto. O prazer de conviver e aprender se sobrepõe e dá sentido ao dever (BRASIL, 2011, p. 24).

Questionados sobre como incluir as crianças de forma efetiva nos processos de gestão, três participantes da pesquisa (P1, P3 e P4) salientaram a importância das famílias neste processo, dialogando e buscando em parceria com a escola promover a escuta das crianças, uma vez que elas não têm participação direta nas tomadas de decisões.

*Por se tratar de Crianças pequenas dependemos da participação da família (P1).*

*Se tratando de crianças pequenas, geralmente dependemos da participação dos pais na escola. Pois em educação infantil deve-se priorizar diálogo entre família escola. Através de palestras, encontros dentre outros( P3).*

*Na Educação Infantil devemos priorizar a relação família-escola, através do diálogo sempre levando em conta a necessidade das crianças( P4).*

Aprimorar as relações entre família e escola é sem dúvida importante para os processos de gestão e atendimento das demandas e interesses das crianças. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil instituídas pelo Parecer CNE/CEB nº20/2009 (BRASIL, 2009, p.6) enfatizam que a gestão democrática nas escolas infantis deve contar com a participação coletiva professoras e professores, demais profissionais da instituição, famílias, comunidade e das crianças, sempre que possível e à sua maneira. Neste sentido, as respostas dos entrevistados P1, P3, e P4 demonstram que o conselho escolar tem se apoiado em observações dos adultos para tomar as decisões e não vislumbram formas de incluir as crianças diretamente no processo de participação. Com uma resposta um pouco diferente P2 escreveu que:

*Para idade de nossas crianças que é de 0 a 4 anos só através de conversas e observações ( P2).*

As *observações e conversas* podem ser uma forma interessante para inclusão das crianças nos processos decisórios da escola. Campos e Rosemberg (2009) afirmam que “a Criança é ouvida” em uma instituição que a respeita. É importante considerar a criança como um sujeito ativo e capaz de expressar suas opiniões,

A criança tem direito à participação e sua voz deve ser ouvida e levada em consideração. As “vozes polifônicas” das crianças evidenciam seus desejos e necessidades. A participação infantil em escolhas informadas faz com que as crianças incorporem e apreendam seus direitos e possam vivê-los em seu cotidiano, além de praticar o exercício de criticidade, reflexão, cidadania e avaliação das suas próprias decisões (SILVA e ALMEIDA, 2014,p.9)

Os integrantes do conselho escolar bem como todos envolvidos na escola precisam considerar que “Criança é sujeito ativo, não objeto de ações; é indivíduo único, com rosto e identidade; infância é valor em si mesmo, hoje, não apenas algo em que se investe pensando no amanhã” (BRASIL, 2011, p 12).

Sendo assim, ouvir as crianças antes de tomar decisões nos Conselho Escolar é possibilitar sua participação direta nas tomadas de decisões. Além de ouvir as crianças também devem ser observadas, pois muitas vezes evidenciam suas vontades através de gestos e expressões.

### 3.3 Posicionamentos das crianças em relação à escola e participação nas decisões

Para realizar esta parte da pesquisa foi realizada uma visita na escola e reunido crianças com idades entre três e quatro anos para uma roda de conversa. Foram feitos questionamentos para as crianças e anotado suas respostas para posterior análise.

A primeira pergunta foi *“Como é e/ou o que tem na escola”* As crianças responderam que: *“tem televisão”, “tem mochila e relógio lá em cima”, “luz” “grande porque a gente é grande”*. Através destas falas as crianças evidenciaram o que estava à vista em sua sala durante a conversa. O espaço físico e as adequações para a idade são fundamentais para a qualidade na educação infantil.

Também relataram que tem *“carros” e “brinquedo”*, a partir destas falas é importante salientar o papel das interações e brincadeiras na educação infantil,

A brincadeira de alta qualidade faz a diferença na experiência presente e futura, contribuindo de forma única para a formação integral das crianças. As crianças brincam de forma espontânea em qualquer lugar e com qualquer coisa, as há uma diferença entre uma postura espontaneísta e outra reveladora de qualidade. A alta qualidade é resultado da intencionalidade do adulto que ao implementar o eixo das interações e brincadeiras, procura oferecer autonomia às crianças, para exploração dos brinquedos e a recriação da cultura lúdica (BRASIL, 2012, p.12)

As crianças também disseram que tem *“livros”*. A escola tem o papel de garantir o contato com os livros desde pequenos, seja através do manuseio ou contação de histórias. A formação de leitores é um dos papéis fundamental dos professores.

Contar e ouvir histórias permite a entrada da criança em um mundo encantador, cheio de surpresas que divertem e ao mesmo tempo ensinam. Desta forma, é na relação lúdica e prazerosa da criança com a obra literária que se tem uma das possibilidades de se formar o leitor-mirim, bem como a exploração da fantasia e da imaginação, estimulando a criatividade e o fortalecimento da interação do leitor com as narrativas visuais. (CUNHA, 2012, p. 129).

Em suas falas as crianças também falaram sobre a rotina dizendo que na escola tem: *“soninho”, “pode ter pão”, “a gente vai fazer a bruxa”*. O cuidar e o educar é um binômio indissociável na educação infantil. Os cuidados com higiene, alimentação e descanso das crianças bem como atividades educativas dirigidas,

livres ou optativas fazem parte do dia-a-dia e contribuem para o bem estar e desenvolvimento das crianças.

É nesta perspectiva de constante articulação entre cuidado e educação, que ocorrem simultaneamente os processos de construção de conhecimento, compreensão de mundo e de si mesma, desenvolvendo as capacidades e habilidades da criança, de acordo com suas necessidades (GASPARIN e MARIOTTI, 2009, p.3)

Na segunda pergunta realizada: *Quem decidiu que a escola deveria ser assim como vocês relataram?* As crianças responderam “a profe”. O professor como gestor da sala de aula deve conduzir o dia-a-dia de forma que a crianças participe da tomadas de decisões, pois “a gestão em sala de aula, como um prolongamento da gestão escolar, pressupões um espaço onde, com orientação do professor possam ser trazidos, manifestados e experimentados comportamentos democráticos” (STEDILE e CARVALHO, 2008, p.3).

Outra criança ao responder o questionamento feito disse que quem tomava as decisões na escola era: “*a minha mãe*”, esta criança é filho da diretora da escola e neste caso estava se referindo a direção. A direção tem sua participação nas tomadas de decisões, porém:

A prática educativa emancipatória, universal e de qualidade exige uma escola autônoma-cidadã, democraticamente gerida. Sua gestão, por exigências sócio históricas e histórico-educativas,deverá ampliar os espaços de participação efetiva, na perspectiva da autogestão. Isto demanda uma coordenação colegiada e, dos responsáveis pela sua gestão, demanda competências de coordenação, a ponto de poderem ser expressões e sínteses de todo processo educativo daquela unidade escolar (WITTMANN, 2000, p. 94)

Nas respostas acima analisadas as crianças demonstraram que os adultos tomam decisões na escola, porém uma se colocou como participante deste processo respondendo “*eu*”. A criança deve ser ouvida em suas manifestações de choro, riso expressões facial e corporal e fala.

A afirmação da criança com direito a participação será consolidada na medida em que os processos de participação em seus cotidianos sejam organizados e legitimados pelo respeito aos seus diferentes modos de expressão, especialmente nas situações que ocorrem no meio de convivência entre elas e com os adultos, com orientações adequadas as suas compreensões (FILHO e DELGADO, 2014 p.8).

Em seguida foi feita a seguinte pergunta às crianças “*Você gostaria que alguma coisa fosse diferente aqui na escola?*” Uma criança respondeu que gostaria de ter a “*sala enfeitada com bolo*” e na sequência, após um breve silêncio e então

outra criança falou “*tá bom como tá.*” A decoração da sala que estávamos é baseada no mascote escolhido pela turma o Leão, as crianças fizeram pesquisas sobre o tema, confeccionaram o mascote com material alternativo, também realizaram várias atividades referentes sobre este animal, sendo que algumas estão expostas. A primeira fala evidência que as crianças gostam de dar sua opinião, já a afirmação de que “*está bom como está*” sugere que a instituição de ensino pesquisada está oferecendo um ambiente em que a criança se sente bem.

Ao analisar as falas delas na roda de conversa é possível afirmar que as crianças quando incentivadas expressam suas opiniões, vontades e desgostos. Observo ainda que enquanto pesquisadoras precisamos também aprimorar as nossas estratégias para a escuta das crianças, bem como a organização dos tempos e espaços para a efetivação da mesma. Além das estratégias como a roda de conversa, outras também podem ser exploradas como filmagens, assembleias nas quais as crianças possam apresentar suas opiniões e/ou sugestões bem como coletivamente tomarem decisões. Percebo que também precisamos aprimorar os instrumentos de pesquisa que utilizamos, por exemplo, ao questioná-las se gostariam de participar todas responderam em coro que “*siiimm*”, ou seja, talvez a forma com a qual as interpelei tivesse que ter sido outra estratégia a fim de que pudesse também explorar o que isso representa para as crianças. Neste sentido RONCATO e LACERDA (2005, p.222) afirmam que:

As crianças têm o que dizer se se colocam como narradores ativos, mas esse processo pode se manifestar de forma mais contundente se houver uma participação mais ativa do adulto, [...]. A capacidade de argumentação, de posicionamento no discurso só emerge se houver espaço/ oportunidade para isso nas situações discursivas.

A partir destas breves reflexões com base na escuta das crianças evidencio o quanto enquanto educadores/educadoras precisamos aprimorar nossos olhares e nossa escuta das crianças para que possamos cada vez mais no cotidiano tratá-las efetivamente como sujeitos de direitos. O estudo evidenciou que as crianças gostam de se expressar e necessitam ser estimuladas para exercerem seu direito a participação. Os adultos ainda precisam aprender e se apropriar das culturas infantis redimensionando os olhares acerca das crianças e das infâncias.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica busca o desenvolvimento integral da criança enquanto sujeito histórico e cultural e sujeito de direitos. Neste sentido, o estudo buscou analisar a participação das crianças nos processos de gestão, em particular, a partir da escuta dos membros do Conselho Escolar de uma escola pública de Ijuí – RS, o qual foi instituído em 2010, a partir da Lei Municipal nº 3434/98.

Entre os objetivos do Conselho Escolar no contexto pesquisado, dos integrantes de tal órgão colegiado acreditam que a principal função do mesmo é Fiscalizar as ações administrativas e pedagógicas da escola. Todavia, o estudo evidencia que sua importância vai além da fiscalização, pois é uma forma de descentralização do poder e mecanismo de democratização capaz de dar voz ativa aos diversos segmentos da escola. Portanto, a fim de ampliar a visão dos entrevistados acerca da importância do órgão colegiado é preciso ampliar os espaços para estudos e formação continuada a fim de subsidiar e instrumentalizar tal participação. Por exemplo, através de formações específicas sobre o tema ou criação de um grupo de estudos para analisar o material oferecido pelo MEC sobre conselho escolar, ou outros artigos que tratam sobre a temática.

Sobre como as necessidades das crianças são levadas em conta na hora das tomadas de decisões os participantes escreveram que é de forma indireta através de observações e conversa com as famílias. E em relação à forma de incluir as crianças nas tomadas de decisões três responderam que é difícil a inclusão direta dependendo da observação dos professores e familiares. Porém um dos participantes escreveu que as crianças podem participar através do diálogo, o que evidencia que é preciso ampliar os estudos e debates a fim de subsidiar a adoção de estratégias que possam efetivamente promover tal participação das crianças nos processos de gestão da escola. As crianças se expressam de varias formas e nem sempre através da oralidade, observá-las sem dúvida é uma forma de incluí-las, porém estabelecer momentos de escutas pode ser uma forma de inclusão mais

direta da criança nas tomadas de decisões. As crianças têm direito de serem ouvidas.

Sobre a conversa realizada com as crianças elas evidenciaram momentos da rotina, como é o espaço físico em que estão inseridas. Demonstraram que os adultos tomam as decisões no âmbito do Conselho Escolar, mas há um espaço para eles participar nas decisões da sala de aula como ficou evidente no caso da criança que respondeu “eu” ao se posicionar sobre quem decide na escola.

As crianças em suas falas denunciam o que é importante para elas, ouvi-las é valorizá-las e incentivar a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Conclui-se que a escola campo de pesquisa possui um Conselho Escolar organizado que necessita maior aprofundamento teórico para entender qual é a importância do que estão fazendo para a gestão democrática. Além disso, tal estudo aponta ainda para a necessidade de ampliação dos debates em torno das políticas públicas, em particular, com relação à participação das crianças nos processos de gestão escolar. Muitas vezes em face de a lei 3434/98 de Ijuí RS, excluir os que estão em anos anteriores à antiga quarta série nos processos de participação direta, julgamos não ser necessário escutá-las, porém ficou evidente a partir deste estudo que as crianças quando estimuladas tem o que dizer e apresentam gostos e preferências que muitas vezes não são levadas em consideração quando deixamos de ouvi-las.

Em minha prática como professora de educação infantil destaco que além de ouvir as crianças para tomadas de decisões no conselho escolar, é necessário dar espaço para participação no dia-a-dia. Como gestora da sala de aula, compreendo a importância de aprimorarmos nossos olhares acerca das crianças e infância. Por exemplo, buscando diferentes estratégias para escutá-las, o que vai além da linguagem verbal e implica múltiplas linguagens a fim de compreendermos seus desejos/necessidades, os quais são comunicados de diferentes formas (fala, choro, expressões corporal e facial...). Cabe destacar ainda que para que as crianças aprendam a serem solidárias, participativas precisam vivenciar isso em seu cotidiano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Lei de diretrizes bases da educação 9394**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial curricular Nacional para Educação Infantil**, vol.1, Brasília, 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf)> Acesso em: 14/10/14.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania**, Brasília, 2004. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859)>. Acesso em: 14/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília, 2004. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859)>. Acesso em: 14/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Brasília, 2004. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859)>. Acesso em: 14/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. Secretaria de educação básica. **Deixa eu falar**, Brasília, 2011. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task...](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...)> Acesso em 14/10/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. Secretaria de educação básica. **Brinquedos e brincadeiras de creches: Manual de orientações pedagógicas**. Ministério da educação. Secretaria da educação básica – Brasília: MEC/SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em: 14/10/2014.

CAMPOS M. M., ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. ed. Brasília : MEC, SEB, 2009. 44 p.: il.

CARVALHO, E. J. G. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do estado e gestão da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1139-1166, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 14/10/2014.

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 143-155, julho/ 2000.

CAVALCANTI, A. E. P. *et al.* O cuidar e o educar na Educação Infantil: Um olhar investigativo. **IV Fórum Internacional de Pedagogia**. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012, p 1-

COLOSANTO, C. A. A participação da criança em assembléias: Proposições para a Gestão Democrática na Educação Infantil. XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós – Graduação em educação: Currículo, Currículo; Tempos, espaços e contextos. In: **Anais...** São Paulo, 2013.

CUNHA, G. F. O livro de imagem na educação infantil: Um recurso favorável Para despertar o desejo para a leitura. **Revista UNI**, Imperatriz (MA), ano 2 n.2 , p.123-135 , janeiro/julho, 2012.

DALBERIO, M. C. B. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.º 47/3 – 25 de octubre de 2008.

DOURADO, L. F e OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: Perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 Disponível em< <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 14/10/2014.

DRABACH, N.P.; MOUSQUER, M. E. L. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, p.258-285, Jul/Dez 2009. FERREIRA, L. S. Gestão do Pedagógico: De qual Pedagógico se Fala? **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, pp.176-189, Jul/Dez 2008.

FERREIRA, L. S. **A Construção do Projeto Político – pedagógico Material didático**, Santa Maria, 2009 disponível em: [http://nte.ufsm.br/moodle2\\_UAB/mod/resource/view.php?id=49877](http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/mod/resource/view.php?id=49877). Acesso em 19/03/2014.

FILHO, A. J. M; DELGADO, A. C. C. “A Docência não se faz sem as crianças”: A participação infantil na construção da docência de zero a três anos. II simpósio Luso-Brasileiro em estudos da criança. Pesquisas com crianças: Desafios éticos e metodológicos. **Anais...** Disponível em: [www.estudosdacrianca.com.br/.../1405847578\\_ARQUIVO\\_Artigofnalco...](http://www.estudosdacrianca.com.br/.../1405847578_ARQUIVO_Artigofnalco...) Acesso em 28/10/2014.

FLÔRES, V. M. C; TOMAZZETTI, C. M. A gestão na educação infantil: Concepções e práticas. **IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul.** Disponível em: [www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../343](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../343). Acesso em: 28/10/2014.

GASPARIN, K. MARIOTTI, A. J. P. A relação cuidar e educar na educação infantil. **7ª amostra acadêmica UNIMEP. Ciência Tecnologia e Inovação: A universidade e a construção do futuro.** Disponível em: [www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/4/50.pdf](http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/4/50.pdf). Acesso em 28/10/2014.

GAGNO R. R, SCHANE, R. O conselho de escola como parceiro na compreensão de parâmetros e indicadores de qualidade na educação. Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012. In: **Anais...** Disponível em: [www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../110](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../110). Acesso em 14/10/2014.

IJUÍ, **Lei nº 3.434 de 31 de março de 1998, dispões sobre os conselhos escolares nas escolas públicas municipais.** Disponível em: [camara-municipal-de-ijui.jusbrasil.com.br/legislacao/894750/lei-3434-98](http://camara-municipal-de-ijui.jusbrasil.com.br/legislacao/894750/lei-3434-98). Acesso em: 14/10/2014.

LUIZ, M. C; BARCELI, J.C.; CONTI C. **O curso de extensão “Formação Continuada a Distância em Conselhos Escolares” – Ufscar/MEC (Programa Nacional de Fortalecimento em Conselhos Escolares).**In: LUIZ, M. C (org) BARCELI, J. C. *et al.* **Conselho Escolar: algumas concepções e propostas de ação.** – São Paulo: Xamã, 2010. 151 p.

RISCAL, S. A. **Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador.**In: LUIZ, M. C (org) BARCELI, J. C. *et al.* **Conselho Escolar: algumas concepções e propostas de ação.** – São Paulo: Xamã, 2010. 151 p.

RONCATO, C.C; LACERDA, C. B. F. Possibilidades de desenvolvimento de linguagem no espaço da Educação Infantil. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, 17(2): 215-223, agosto, 2005.

SILVA, A. A. R; ALMEIDA, R. A educação Infantil e a participação das crianças nas rodas de conversas. II simpósio Luso- Brasileiro em estudos da criança. Pesquisas com crianças: Desafios éticos e metodológicos. **Anais...** Disponível em: [www.estudosdacrianca.com.br/.../1405899297\\_ARQUIVO\\_Participacao...](http://www.estudosdacrianca.com.br/.../1405899297_ARQUIVO_Participacao...) Acesso em 28/10/2014.

SILVA, C. D. Eleição de diretores escolares: avanços e retrocessos no exercício da gestão democrática da educação. **Gestão Ação**, Salvador, v.9, n.3, p. 289-301, set./dez. 2006.

STEDILE, M.I; CARVALHO, E. J. G. O professor como gestor da sala de aula. Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2145-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2145-8.pdf). Acesso em: 28/10/2014.

VEIGA, I. P. A; Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em: [http://nte.ufsm.br/moodle2\\_UAB/course/view.php?id=886](http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/course/view.php?id=886) acesso em 28/10/2013.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. Perspectiva para reflexão em torno do projeto político-pedagógico, In: Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998. Apud FERREIRA, L. S. **A construção do projeto político – pedagógico Material Didático**, Santa Maria, 2009, disponível em: [http:// 14/03/2014](http://14/03/2014).

VEIGA, I. P. A; Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em: [http://nte.ufsm.br/moodle2\\_UAB/course/view.php?id=886](http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/course/view.php?id=886) acesso em 28/10/2013.

WITTMANN, L. C. *et al.* **Conselho Escolar como espaço de formação humana :círculo de cultura e qualidade da educação /** elaboração Lauro Carlos Wittmann... [et. al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.79 p. : il.

WITTMANN, L. C. Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 88-96, fev./jun. 2000.

## ANEXOS

Respostas participantes do conselho escolar:

Perguntas:

- 1)Qual a importância do Conselho escolar para gestão democrática da escola?**
- 2)Como as necessidades das crianças são levadas em conta na hora da tomada de decisões?**
- 3)É possível incluir as crianças no processo de participação? Como?**

P1

- 1)É importante ter em um estabelecimento de Ensino, um conselho escolar atuante, pois é um dos principais órgão, tendo como principal função fiscalizar tanto as praticas pedagógicas administrativa.
- 2)Com registros diálogos entre todos os segmento da escola, pais, alunos e educadores.
- 3)Por se tratar de Crianças pequenas dependemos da participação da família.

P2

- 1)O conselho escolar é muito importante, pois oportuniza a participação de todos os segmentos da comunidade na gestão escolar. Deliberando e fiscalizando as questões pedagógicas e administrativa.
- 2) Através de pesquisa e observações com as educadoras sobre as principais necessidades das turmas.
- 3) Para idade de nossas crianças que é de zero a 4 anos só através de conversas e observações.

P3

- 1) Um conselho atuante é de suma importância em um estabelecimento de ensino sendo o principal órgão dentro da escola, pois deve fiscalizar não só relacionada a pratica pedagógica como a própria administrativa da escola.
- 2) Geralmente através de registro internos, diálogos entre familiares e funcionários sobre o andamento do dia -a -dia da escola sempre buscando o melhor em relação ao andamento e infraestrutura oferecidos as crianças ou seja a toda comunidade escolar.

- 3) Se tratando de crianças pequenas, geralmente dependemos da participação dos pais na escola. Pois em educação infantil deve-se priorizar diálogo entre família escola. Através de palestras, encontros dentre outros.

P4

1) Conselho escolar é o principal órgão dentro da escola, tendo como função fiscalizar ações tanto pedagógicas como também administrativas.

2) Através da pesquisa e conversa com as famílias sobre o dia a dia da escola.

3) Na Ed. Infantil devemos priorizar a relação família- escola, através do dialogo sempre levando em conta a necessidade das crianças.

### **Roda de conversa com as crianças:**

COMO É E /OU O QUE TEM NA ESCOLA.

Respostas:

“ tem televisão”

“ tem mochila e relógio La em cima”

“luz”

“ soninho”

“livros”

“soninho” ( rotina)

“ carros”

“ brinquedo” ( O que tem na escola)

“grande porque a gente é grande” ( Como é a escola)

“pode ter pão” ( falando sobre a alimentação que recebem na escola)

“ agente vai fazer a bruxa” ( atividade que iriam realizar após a entrevista).

QUEM DECIDIU QUE A ESCOLA DEVERIA SER ASSIM COMO VOCÊS RELATARAM?“ a profe”

“ A minha mãe” ( respostas do filho da diretora) neste caso acho que estava se referindo a

direção.



